

Trajetórias de mulheres nos regimes autoritários na América Latina (Séculos XX e XXI)

Trajectories of women in authoritarian regimes in Latin America (20th and 21st centuries)

Andréa Cristina de Barros Queiroz

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Brasil)

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7173-375X>

E-mail: andreaqueiroz@sibi.ufrj.br

Izabel Pimentel

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/ Brasil)

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0991-5322>

E-mail: belprisk@hotmail.com

Desde as últimas décadas do século XX, a historiografia contemporânea, depois de priorizar por muito tempo as grandes estruturas e os fenômenos de longa duração, vem privilegiando as relações entre indivíduos e a História, a partir de pesquisas que valorizam as trajetórias e as histórias de vida e como estas expressam as possibilidades de uma época, de uma sociedade, de uma geração. Essas novas abordagens historiográficas, articuladas a um campo interdisciplinar, configuraram o que Beatriz Sarlo classificou como uma guinada subjetiva, que resgatou a importância dos sujeitos históricos e das experiências individuais e reivindicou a dimensão subjetiva na história do tempo presente (SARLO, 2007, p. 18).

Além de novas abordagens, a historiografia contemporânea também foi marcada pela emergência de novas fontes, como cartas, diários, autobiografias, depoimentos, literatura de testemunho, e pela valorização de sujeitos durante muitos anos marginalizados e invisibilizados na pesquisa histórica. Nesse sentido, a história das mulheres e os debates sobre gênero ganharam força nos estudos históricos.

Para Michelle Perrot, a legitimação e institucionalização da história das mulheres a partir dos anos 1970 estavam associadas não apenas às renovações no campo da História, mas também à presença cada vez mais marcante das mulheres nos espaços universitários e à força e desenvolvimento dos movimentos feministas (PERROT, 2019, p. 19-20).

A consolidação da História Oral como metodologia privilegiada na história do tempo presente também contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa sobre as mulheres, a partir de suas vozes, suas experiências, suas subjetividades, seus traumas. O século XX, em especial, foi caracterizado por diversos eventos traumáticos, como as duas guerras mundiais, o Holocausto, as ditaduras latino-americanas, o apartheid na África do Sul, entre muitos outros.

O presente dossiê, articulado com as renovações da historiografia contemporânea, apresenta artigos que analisam, a partir de diferentes perspectivas, as distintas experiências das mulheres, cujas vidas foram atravessadas pelos regimes autoritários na América Latina. O dossiê reúne 7 artigos, escritos por pesquisadoras e pesquisadores de diferentes instituições e gerações, com múltiplas abordagens e perspectivas teóricas, que evidenciam a riqueza e as amplas possibilidades da historiografia sobre as ditaduras latino-americanas, pensadas a partir das clivagens de gênero. Neste sentido, concordamos com as historiadoras Joana Pedro e Cristina Wolff ao destacarem que

(...) as relações de gênero permearam a maneira como homens e mulheres viveram as ditaduras, como se apropriaram ou não das ideias feministas e como participaram dos movimentos armados e de outros que fizeram resistência às ditaduras. Da mesma maneira, entendemos que foi com base no gênero que as mulheres foram vigiadas, perseguidas, presas e torturadas pelos diversos regimes militares (PEDRO e WOLFF, 2011, p. 22)

Utilizando distintas fontes escritas e orais, como processos judiciais, documentos produzidos pelos órgãos de repressão, prontuários médicos, periódicos, entrevistas e depoimentos, os textos aqui reunidos analisam a atuação de mulheres em diferentes países, contemplando as ditaduras na Argentina, Brasil e Paraguai e o exílio no Chile e na França e discussões sobre como mulheres de diferentes camadas sociais, formação acadêmica e atuação política vivenciaram estes contextos autoritários, como se engajaram (ou não) em movimentos de resistência às ditaduras e como a bibliografia especializada tem teorizado e abordado estas múltiplas trajetórias femininas.

O dossiê se inicia com o artigo de Higor Codarin sobre a trajetória de Vera Sílvia Magalhães, militante da Dissidência Comunista da Guanabara, posteriormente denominada Movimento Revolucionário 8 de Outubro, uma das

dezenas de organizações revolucionárias que atuaram no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. O texto enfatiza a experiência carcerária de Vera Sílvia em 1970, destacando, por um lado, como a questão de gênero marcou a repressão política da ditadura brasileira (articulada entre diferentes agentes públicos, incluindo as esferas médica, policial e jurídica) e, de outro, a construção de uma rede de solidariedade e afeto entre as presas políticas que se organizaram em diferentes demonstrações de resistências às torturas e às violações de Direitos Humanos no interior das prisões políticas da ditadura.

A atuação das mulheres nas esquerdas armadas brasileiras também é abordada no artigo de Juliana Marques do Nascimento, que apresenta uma comparação entre a trajetória de duas mulheres: Iara Iavelberg, psicóloga e professora, militante de diferentes organizações revolucionárias brasileiras (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária; Vanguarda Popular Revolucionária e Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e de postura mais “libertária” na vida pessoal; e Josefa Maria Marques de Souza, operária no ramo da indústria têxtil, sem histórico de militância política, com valores morais conservadores e uma vida dedicada aos cuidados com a casa, o marido e os filhos. De origens distintas, mas criadas no mesmo bairro Ipiranga em São Paulo, estas duas mulheres trilharam caminhos diferentes ao longo da ditadura brasileira, que nos permitem problematizar questões de classe, as opressões de gênero, a vigilância e repressão da ditadura e também como “mulheres comuns” vivenciaram o cotidiano e a vida ordinária durante regimes autoritários.

Os artigos que se seguem neste dossier discutem o impacto das ditaduras na vida e produção das mulheres brasileiras que atuavam como professoras. Nas duas últimas décadas, houve um crescimento de pesquisas sobre os impactos da ditadura civil-militar na trajetória docente, especialmente nas Universidades, analisando o patrulhamento, a perseguição, as prisões e as aposentadorias forçadas. Mas ainda carecemos de mais pesquisas que abordem a ação dos mecanismos de repressão e a violação dos direitos civis e políticos no âmbito das escolas, sobretudo, o impacto sofrido pelas professoras e professores da educação básica durante o período autoritário.

Ao analisar a repressão à Educação durante a ditadura civil-militar brasileira, especificamente sobre os professores da educação básica, o artigo de Rafaela Domingues Pereira aborda a perseguição e os inquéritos da Justiça Militar sofridos pela professora de Língua Portuguesa, Ada Natal Rodrigues, na década de 1970 e a sua cassação. Como principal fonte de pesquisa, a autora aborda a análise dos inquéritos da Justiça Militar em vez dos mecanismos internos de

punição das instituições como Universidades, Escolas e Institutos de Pesquisa que a historiografia nas últimas décadas vem consagrando em seu debate. Em seu trabalho também utiliza a metodologia de História Oral e outras fontes sobre a trajetória da professora Ada Natal Rodrigues, tais como o seu memorial docente.

Já o artigo subsequente, de Marcial Humberto Saavedra Castro e Lina Maria Brandão de Aras, sobre a professora da Universidade de Brasília, Vania Bambirra, analisa o contexto em que a intelectual e militante da esquerda revolucionária teve que se exilar no Chile após o golpe de 1964 no Brasil. O artigo destaca como a sua experiência no exílio impactou em sua produção acadêmica. Ao lecionar no Centro de Estudios Socio Económicos (CESO) na Universidade do Chile, ela conviveu com outros economistas também exilados do Brasil, como Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Francisco Weffort. Essa experiência compartilhada trouxe contribuições críticas para as suas obras ao analisar especialmente o processo revolucionário cubano e sobre o processo latino-americano. Por fim, por ser mulher e exilada, esta vivência compartilhada com outras companheiras de militância e intelectuais, acabou por também impactar em suas produções acadêmicas centradas na militância feminina transcendendo fronteiras.

Permanecendo na temática do exílio – que configura outra importante faceta vivenciada durante as ditaduras na América Latina – Isabela Marques Fuchs reflete sobre a representação do corpo feminino associado à natureza nas publicações feministas “Nosotras” e “Agora é que são elas”, produzidas por grupos de mulheres latino-americanas exiladas em Paris entre 1974 e 1979. Ambas as produções representaram uma quebra de paradigma androcêntrico que predominava na grande imprensa brasileira, inclusive em certa parte da imprensa alternativa durante a ditadura. Com isso, estas produções traziam, a partir de outra representação do corpo feminino aglutinado à natureza, novas possibilidades de criação de um novo mundo social. Ao analisar duas imagens sobre o corpo feminino, a autora destaca como houve uma ressignificação do contexto original em que as imagens foram criadas e posteriormente reapropriadas para um novo uso político e social na escrita dos boletins produzidos no exílio.

Para além das análises sobre a atuação de mulheres na ditadura brasileira e no exílio, outro artigo do dossiê, escrito por Tamy Amorim, discute aspectos da longa ditadura chefiada por Alfredo Stroessner no Paraguai, a partir da trajetória de Carmen Miranda Casco de Lara Castro, que foi deputada e senadora pelo Partido Liberal, de oposição ao regime. O texto destaca a agência e atuação política de Carmen, sua ascensão dentro do partido – em um contexto em que poucas

mulheres conseguiram chegar a postos políticos de comando e a concorrer e vencer eleições realizadas durante a ditadura stronista – e sua participação destacada na defesa dos Direitos Humanos. Enfrentando distintas violências da ditadura, Carmen desempenhou papel fundamental na criação da Comisión de Defensa de los Derechos Humanos del Paraguay (CODEHUP) e no apoio aos presos políticos no país.

Encerrando este dossiê, apresentamos o artigo escrito por Paula Andrea Lenguita e Marta Gouveia de Oliveira Rovai, que analisa a produção acadêmica recente na Argentina e no Brasil sobre as distintas formas de resistências das mulheres durante as ditaduras nestes dois países. Apontando a potencialidade e as lacunas destas produções, as autoras concentram sua análise em três eixos fundamentais: em primeiro lugar, o debate sobre as distintas abordagens acerca das resistências femininas na literatura especializada; em segundo, as discussões sobre a ascensão e os impactos da História Oral, não só como metodologia privilegiada nos estudos da História do Tempo Presente, mas como importante veículo para visibilizar aspectos negligenciados por muito tempo na historiografia tradicional, como as sensibilidades, as subjetividades, os traumas, as formas específicas de violência e repressão sofridas, bem como as redes de afetos, solidariedade e resistências das mulheres; e, por fim, o artigo salienta, a partir de uma perspectiva interseccional, as inclusões e exclusões na literatura especializada de vozes que ainda continuam pouco visibilizadas, como as de mulheres negras, indígenas e LGBTQIAPN+.

Esperamos que o conjunto de artigos reunidos neste dossiê contribua para os debates historiográficos sobre os regimes autoritários na América Latina e como estes podem ser pensados e problematizados a partir da perspectiva de gênero, além de reforçar o repúdio aos autoritarismos e à violência de gênero no mundo contemporâneo e a defesa da democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- PEDRO, J. M. & WOLFF, C. S. (2011) A pesquisa sobre gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul: um relato de viagens e algumas reflexões. In J. M. PEDRO; C. S. WOLFF; A. M. VEIGA. (Eds.), *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul (19-46)*. Ed. Mulheres.
- PERROT, M. (2019). *Minha história das mulheres*. Contexto.
- SARLO, B. (2007). *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Companhia das Letras.